

Identities de género e vida sexual¹

Conceição Osório e Teresa Cruz e Silva

Publicado em *Outras Vozes*, nº 23, Maio de 2008

Durante dois anos foi realizada uma pesquisa na cidade e província de Maputo, e nas províncias da Zambézia e Cabo Delgado, e que teve como objectivo central pôr em evidência os processos e os mecanismos que orientam a construção das identidades sociais de jovens em contexto escolar, nomeadamente a construção dos sistemas de diferenciação do feminino e do masculino.

Neste artigo pretende-se apenas desenvolver uma primeira reflexão sobre a maneira como a informação sobre sexualidade é apropriada, o que revela uma estrutura de poder assente nas desigualdades de género. A análise das representações sobre a vida sexual no que respeita à informação, remete-nos directa e “brutalmente” para a “utilização” do corpo (nosso e dos outros) e permite destacar a articulação entre identidades de género e identidades sexuais.

Portanto, a questão inicial que se coloca na análise da vida sexual das/dos jovens é a relação entre a informação obtida nos vários espaços e a sua apropriação pelas e pelos jovens: como é que se combinam e/ou conflituam e sobrepõem a diversidade de influências da(s) socialização(ões), permitindo a emergência de novas representações e práticas? Significa que queremos perceber:

1. Em primeiro lugar, como se entrecruzam, continuam e descontinuem as normas e as pautas de conduta contidas nos processos de socialização, de modo a compor ou construir as identidades sexuais femininas e masculinas.
2. Em segundo lugar, queremos entender como as/os jovens utilizam e comunicam nos seus discursos essas normas ou elaboram outras, para romper, integrar e ajustar as suas verdades.
3. Finalmente, é também igualmente importante saber como se realizam em diferentes contextos as aprendizagens da dominação masculina, quais as suas dimensões mais expressivas, e como elas podem ser objecto de ocultação (ou não) e de desestruturação.

Se tivermos em conta a informação produzida na escola verificamos duas situações. A primeira é que a aprendizagem da sexualidade se restringe à reprodução, não se articulando direitos com mecanismos biológicos, o que a desumaniza e a afasta do campo das experiências vividas pelas e pelos jovens. Ao pôr a questão longe das experiências das/dos jovens, o discurso educativo da reprodução moraliza a relação sexual, considerando-a só sendo desejável e legítima entre adultos. Portanto, não só a informação é insuficiente, mas é propositadamente insuficiente, sendo condicionada por padrões normativos que procuram fazer passar um modelo de comportamento sexual fundado nos atributos de género. Isto significa, no que concerne as raparigas, que a ignorância é simultaneamente uma virtude e uma forma de conhecimento que estrutura a construção do feminino.

Uma segunda situação é que entra de certo modo em conflito com o que acabamos de referir, é que a informação sobre HIV/SIDA é hoje largamente propagada, fazendo parte quase obrigatória do discurso social, pois o conhecimento sobre a doença constitui um elemento de inclusão social. A escola como espaço moderno tem um papel importante na transmissão deste conhecimento. Mas como fazê-lo sem pôr em causa as marcas de género? Este é um dilema, que embora dependente de contextos sociais (rurais/urbano), é resolvido com a acentuação na prevenção, o que poderia fazer antecipar o surgimento de conflitos entre valores familiares e escolares. No entanto, o que se verifica é que o regime de interdições que penaliza as relações sexuais das jovens é reforçado na

escola por um discurso burocrático de prevenção assente basicamente na abstinência. É interessante constatar que, mesmo quando se fala em preservativo, não se tem em conta que estamos perante jovens que têm uma vida sexual activa e que as relações sexuais são estruturadas pelo poder de género. Procurando preservar os atributos conferidos a mulheres e homens através da elaboração de um discurso de “faz de conta”, que faz passar a ideia de que o sexo é estranho às e aos jovens e que a vida sexual ainda não foi iniciada, a escola não tem um papel activo na construção de novas práticas.

No que se refere ao conhecimento transmitido aos jovens constataram-se duas situações:

- Uma é a impossibilidade de controlo sobre a informação que as/os jovens vão recebendo (e também sobre os processos e mecanismos de interacção nos grupos de pares), o que conduz à produção e propagação de rumores, principalmente em contextos em que a vigilância social é sujeita à ameaça difusa que novas dinâmicas comportam. É o caso de duas histórias que correm as escolas de capital de Cabo Delgado: uma sobre um eventual campeonato de sexo, que se realizaria numa casa, com um júri que controlava o desempenho sexual dos jovens. Uma outra história, que de tão espalhada e reconstruída (com indicação de nomes e lugares) se torna “verdadeira”, descreve a descoberta de um filme pornográfico em que a protagonista era uma jovem aluna. Quando quisemos aprofundar o assunto, toda a gente mostrou estar a par (comungando da mesma repugnância), mas foi completamente impossível saber até que ponto isto aconteceu, ou se foi apenas um mecanismo de recomposição e de restabelecimento da coesão social.
- A outra é que a necessidade e a existência de controlo da informação sobre sexualidade, expressa, por exemplo, no discurso moralista e hipócrita de que “mais informação, mais promiscuidade”, tem como ideologia subjacente a negação de direitos das/dos jovens. Quer dizer que estes recebem uma informação filtrada em função de um modelo educativo que não ajuda a pensar e a agir e que não confere às raparigas e rapazes a possibilidade de serem sujeitos de direitos. Isto é tanto mais claro, quanto se constata que é quase nula a participação das/dos jovens na definição de políticas que protejam os seus direitos. Ou seja, as/os jovens são o grupo alvo do discurso político, mas não são convocados a construir esse discurso, o que se reflecte na forma como se tem pensado e promovido o activismo juvenil em Moçambique. É o que se verifica, por exemplo, na informação sobre contracepção em que o facto de predominar uma concepção de planeamento familiar entre adultos, não tomando em atenção as particularidades da contracepção juvenil, leva a que raparigas e rapazes não se reconheçam no discurso institucional. Esta é uma das razões que explicam que, embora de forma geral todas e todos os jovens identifiquem um ou mais que um dos métodos mais comuns, existe muita ignorância sobre as condições em que devem ser utilizados: por exemplo, há jovens raparigas que afirmam orientarem-se pelo calendário do ciclo menstrual, mas quando tentam explicar fazem-no de forma incorrecta. Outras há que dizem que os comprimidos anticoncepcionais podem “estragar o útero”.

Relativamente à utilização do preservativo foram evidenciadas três tendências, tanto nos discursos de rapazes como de raparigas: a primeira expressa pela maioria do grupo alvo, é caracterizada pelo “conhecer e não usar”, a segunda é representada por um pequeno grupo que diz usar em todas as circunstâncias e a terceira é exposta por pouco menos de metade dos entrevistados, que afirmam utilizar o preservativo ocasionalmente². As diferenciações de posições podem ser explicadas pela maior ou menor exposição à informação veiculada pelos *media* e por associações juvenis, que levam à produção de dois tipos de discurso, um mais ou menos condicionado pelo politicamente correcto e outro que explica o uso do preservativo como resultado da promiscuidade feminina, tal como ficou evidenciado no seguinte testemunho:

- “O homem desconfia da mulher (...) porque uma mulher pode num dia ter cinco relações sexuais enquanto para o homem chega uma” (Leonardo 2).

Esta percepção de que as raparigas são agentes de propagação de doenças está associada, principalmente em Cabo Delgado, a acusações de feitiçaria:

- “Eu uso preservativo com as damas. (...) Essas mulheres são malucas (...) já estão grávidas, dizem basta ficares com elas. (...) Senão você não vai viver mais” (Victor 3)³.

A não utilização do preservativo, situação que é válida para zonas rurais e urbanas, traduz um acordo social com a inutilidade e irrelevância do preservativo como meio de ter sexo seguro. Os discursos dos jovens estão, pois, de acordo com o de outros grupos sociais e instâncias de socialização, que vivem numa ambiguidade entre a disseminação da utilização do preservativo e os valores sociais assentes na fidelidade, na abstenção e na associação, muitas vezes velada, entre promiscuidade e uso do preservativo.

As diferenças entre rapazes e raparigas situam-se ao nível da incapacidade das jovens de utilizarem a informação (independentemente da origem social e da idade) para imporem a mudança de comportamento, como nos afirmaram entrevistadas em Cabo Delgado:

- “Há certos rapazes que não querem. E há certos que ameaçam. Dizem vou-te espancar” (Dora 1).

Parece-nos, no entanto, que em certas ocasiões o discurso da falta de decisão encobre algumas vezes uma adesão expressa com representações sociais de relação sexual, com penetração e ejaculação:

- “Há outras que não aceitam, que não querem preservativo. (...) Dizem que têm bichinho. (...) Deixam ao sol, vê-se uns bichinhos ali” (Dora 1).

Para muitas jovens o uso do preservativo significa infidelidade por parte dos parceiros, desrespeito e a não assunção da relação sexual, como relação de compromisso (Silva et al. 2007; Casimiro et al., 2002).

Tal como outras pesquisas mostram (Silva et al., 2007; Casimiro et al., 2002), a utilização do preservativo é muito ocasional, isto é, embora alguns alunos entrevistados refiram o seu uso, apresentam uma série de argumentos para fazerem sexo não protegido: a fidelidade, o preservativo tem “bichinhos”, a falta de prazer (queremos “*nhama* com *nhama*”)⁴. No que se refere à questão sobre quem deve recair a decisão, embora haja alguns rapazes que consideram que devem ser as meninas a impor a utilização do preservativo (“porque nós homens estamos entusiasmados”, “porque elas é que ficam grávidas”), a maioria afirma que são os homens que devem (e podem) ter a iniciativa. É assim que, por exemplo, entre os jovens por nós entrevistados na província de Cabo Delgado, ainda não se naturalizou o uso do preservativo; alguns usam-no irregularmente, outros apenas em relações ocasionais. Comparativamente às outras unidades espaciais de estudo, os seus discursos indicam um maior relaxamento no uso do preservativo. A situação torna-se mais preocupante quando os discursos juvenis imputam a iniciativa da relação sexual e do uso do preservativo ao homem, e novamente, com maior incidência de respostas nas unidades espaciais de estudo em Cabo Delgado. Nesta província, onde as posições assumidas por muitos jovens estão carregadas de características que ilustram um processo de socializações marcado pela exteriorização de competências como o comando, reafirmando deste modo os efeitos da construção de um modelo de masculinidade dominante. Embora o nosso estudo não tivesse procurado informações que eventualmente nos ajudassem a compreender uma possível relação entre o não uso do preservativo pelos jovens e os preceitos do Islão, não podemos ignorar que o seu uso é considerado ilícito (*haram*) por algumas correntes do Islão, porque não previsto no Alcorão, do mesmo modo

que o uso de outros meios de controlo da natalidade (Bonate, 2006). Não significa isto, entretanto, que não tenhamos encontrado algumas opiniões favoráveis a uma igualdade no poder de decisão sobre a iniciativa de uma relação sexual ou do uso do preservativo, e casos mais raros, que colocam nas mãos das raparigas a iniciativa de propor o uso do preservativo, para se protegerem contra uma eventual gravidez ou contaminação por uma ITS/SIDA.

Embora todas e todos reconheçam a importância do preservativo para a prevenção das doenças sexuais, o seu uso está, na maior parte dos casos, associado à prevenção da gravidez e apenas algumas vezes à protecção contra as ITS. Mas com excepção de um pequeno grupo de alunas na província de Maputo que associam o uso de preservativo à protecção, não existe uma relação entre direitos e sexualidade segura, nem do ponto de vista do uso da capacidade de impor a utilização do preservativo, nem da realização da relação sexual:

- “Se você pede para usar o preservativo podem ver-te como vadia” (Alberta 4).

Outras jovens justificam a não utilização do preservativo com o desejo de engravidar, como nos disse uma jovem na província de Cabo Delgado:

- “Eu não quero o preservativo porque quero que você me engravide” (Felisberta 2).

Nesta ordem de ideias, há alguma ambivalência e subentendidos sobre a possibilidade de negar ou pedir sexo, ou seja, quase nenhuma das jovens, mesmo as que dizem exigir sempre o preservativo, se reconhecem com direito a negar ou a solicitar a relação sexual:

- “É feio para as meninas tomarem a iniciativa. (...) Elas podem ter a iniciativa, o problema é que eles começam a pensar que és uma puta, que conquistas homens e os homens podem vir ter contigo só para aproveitar” (Berta 6). E ainda uma jovem na província de Maputo: “O que é bom é gostar e ser gostado. (...) Tá claro que se você não aceitar ele vai procurar outra, a mim não me interessa. Acabou” (Tâmara 2).

Media, erotismo/pornografia e comportamentos juvenis

A expansão dos modernos meios de comunicação social levanta inúmeras questões sobre o impacto que as telenovelas, a violência, as imagens eróticas, particularmente as imagens do corpo feminino exploradas pela publicidade, e a pornografia, podem exercer sobre o comportamento juvenil, sendo passível de gerar “comportamentos socialmente indesejados, como a busca do sexo pelo sexo, comportamentos sexistas e agressivos (...) e toda a gama de crimes sexuais” (Guerra, Andrade e Dias, 2004: 269).

Em Moçambique, os estudos sobre o impacto dos *media* na construção de identidades são praticamente inexistentes, sendo as percepções de educadores e do nosso grupo alvo, no que se refere aos seus impactos, filtradas pelos valores morais e pelas normas sociais em vigor. Deste modo, jovens, pais e professores, imputam frequentemente aos filmes (que por uma irrisória quantia podem ser vistos mesmo nos cantos mais recônditos do país), às telenovelas brasileiras grandemente difundidas em vários canais da televisão por todo o país, e em casos menos frequentes, às imagens eróticas e aos filmes pornográficos, a culpa pela má influência que exercem sobre o comportamento de seus filhos.

Em todas as unidades espaciais de estudo, constatámos que a maioria das/dos jovens vê programas televisionados e está a par dos acontecimentos mais recentes transmitidos pelas telenovelas brasileiras ou outros programas, nos canais da televisão moçambicana e dos países vizinhos (para os habitantes das zonas fronteiriças). Mesmo assim, há a referir que em algumas zonas de Cabo Delgado e da Zambézia, há jovens cuja condição financeira não permite à família ter acesso à televisão, particularmente nas áreas rurais. As/os jovens, se por um lado discutem entre si os

programas de televisão, particularmente as telenovelas e séries televisivas, por outro lado também imputam aos mesmos programas a responsabilidade por influenciá-los a iniciar mais cedo a vida sexual e nos modos de vestir. Os educadores, por sua vez, atribuem igualmente aos *media* a responsabilidade pelo comportamento das/dos suas/seus filhas/os:

- “Por causa das novelas as nossas filhas provam sexo muito cedo em relação ao nosso tempo. Nós podemos não ensinar, mas elas sabem através das novelas (...) as novelas vieram liberalizar o sexo, hoje não há segredo em matéria de sexo. Às vezes eu me interrogo porque andar com a roupa, escondemos o quê? Se tudo anda exposto na rua, nos ecrãs de televisão”⁵.

Na primeira fase do nosso trabalho de campo realizado nos distritos urbanos da cidade de Maputo e na província da Zambézia, constatámos a existência de referências constantes ao impacto dos *media*, particularmente aos “efeitos nocivos” da pornografia no comportamento juvenil, razão porque tentámos aprofundar este tema nas unidades espaciais de estudo nas províncias de Maputo e Cabo Delgado, na segunda fase da pesquisa de campo, em 2007. Uma das questões com que nos deparámos relacionava-se com as diferentes percepções transmitidas nos discursos do nosso grupo-alvo e informadores chave sobre pornografia, para além da dificuldade de encontrar fronteiras entre erotismo e pornografia.

Tomamos como ponto de partida que o erotismo exprime as relações ambíguas entre a estética, o desejo e a sedução (Kaufmann, 2005) e a pornografia é “uma representação do comportamento erótico nos livros, imagens, filmes, etc., com a intenção de causar excitação sexual”⁶. Na visão de Giddens, mesmo sendo parcial, o sexo se pode transformar em mercadoria (Giddens, 1993). Nesta base, neste estudo tentámos uma aproximação à compreensão sobre a percepção das/dos jovens relativamente aos efeitos da exposição a este tipo de informação na sua socialização sexual e seu impacto na formação de atitudes positivas ou negativas. Sem que nos fosse possível tirar conclusões, mesmo preliminares, a partir dos dados obtidos durante o estudo, conseguimos encontrar alguns indicadores que apontam para as seguintes situações:

- i) As imagens eróticas de mulheres, impressas em papel ou em formato electrónico (passadas através da internet e telefones celulares), a pornografia em forma de imagens impressas, vídeos, ou difundidas em formato electrónico, são vistas por ambos os sexos, embora mais rapazes do que raparigas declarem o seu consumo. Nos dois casos, este tipo de informação é acedida sobretudo através de filmes com imagens de sexo heterossexual exposto, vistas em salas de vídeo ou em casa, com filmes alugados ou emprestados, na ausência dos pais/encarregados de educação ou durante a noite depois que eles se retiram para descansar, e sem o seu conhecimento;
- ii) As/os que declaram alguma vez terem consumido informação pornográfica/erótica, ou consideram isto normal, ou na maior parte dos casos apresentam inúmeras justificações e opiniões “moralistas” sobre o efeito nefasto da informação e a falta de conteúdo das suas mensagens;
- iii) A terceira situação, relatada por rapazes, percebe o consumo deste material como: a) favorável à sua formação sexual: “ensina a beijar e a ter relações sexuais”; “ensina as diversas posições”, estimulando as melhores formas de obter prazer; b) moralmente prejudicial na relação homem/mulher, daí que, embora estimulando o desejo de novas experiências, estas devem ser realizadas com “outras mulheres” com quem eles não têm um envolvimento emocional e não as suas parceiras ou namoradas, por ser “ofensivo”. Nesta ordem de ideias, Giddens afirma: “As imagens das mulheres em revistas pornográficas (...) são objecto de desejo, mas nunca de amor. Elas excitam e estimulam e, é claro, são quintessencialmente episódicas” (Giddens, 1993: 134); c) provoca vícios⁷, levando alguns a masturbarem-se por “carências afectivas”.

Como temos vindo a referir, há uma especialização das várias instâncias na informação sobre sexualidade. Se é da competência da família a transmissão de um saber configurado por valores, se da escola se espera a transmissão do saber técnico, se os *media* circulam entre uma informação que ordena (pelo discurso politicamente correcto) e desordena (pelas novelas, canções etc.) valores, é no grupo de amigos que as experiências concretas das/dos jovens são pensadas e recompostas. Como outros estudos demonstram, na passagem do campo familiar para o escolar e para o grupo de pares, as disposições que “compõem” o *habitus* são alteradas e reconstruídas (Pappákail, 2007). Neste sentido, o visionamento de filmes, principalmente os que são caracterizados como pornográficos⁸ são não apenas uma fonte de informação mas um meio que as/os jovens têm para reconstruir as representações e renovar as práticas.

A pornografia, ao parecer conferir às mulheres o direito ao desejo sexual (aí explicitado pelos gestos, gemidos e linguagem), numa aparente transgressão com a norma (as boas e as más mulheres, Eva e Maria), está de acordo com uma matriz em que o desejo é um desejo subordinado, um desejo que faz parte da parafernália do gozo masculino e justifica o exercício da violência física sobre as mulheres (chicotadas, bofetadas, etc.) (Barbosa e Nogueira, 2005).

É assim, que para um número surpreendente de rapazes (mais de 60%) a informação sobre sexualidade é obtida, para além dos amigos, através das actividades de divulgação realizadas pelas organizações juvenis, pela televisão e pelos filmes pornográficos. No entanto, há jovens rapazes e raparigas que têm uma posição clara de rejeição da pornografia associando-a a violência, tal como fica demonstrado por estas falas de jovens na província de Maputo:

- “Tem um que assistiu e depois saiu e foi violar uma velha. (...) Aqueles filmes baralham a cabeça das pessoas” (Gil 3).
- “Vi e não me senti bem, é como se estivessem a violar, preferi desligar aquilo” (Tâmara 1).

E um grupo de jovens em Cabo Delgado: “Eu por mim não gosto, basta ver umas posições estranhas logo vou dormir. (...) Aquela posição não é normal, sinto pena das mulheres. (...) É um castigo” (Luís 3, Leonardo 3).

Estas falas mostram que ao mesmo tempo que esses filmes podem indignar pela sua crueza, mostram decididamente a coisificação da mulher, naturalizando o uso da violência e explicitando-a como violência de género. Quando os rapazes dizem que exercitam pornografia “com as damas”, mostra duas coisas: a primeira é a tensão referida por Giddens (2002), existente entre o prazer masculino e o provocar prazer que atravessa as relações com as namoradas (em que se espera reciprocidade e que implica intimidade), e que é resolvida (ao reduzir os riscos de ansiedade masculina) na pornografia. A segunda, que pode não entrar em conflito com a constatação anterior, é que a pornografia representa, tanto uma forma extrema de exercício do poder masculino, como uma transgressão à coesão do modelo de dominação e à moral social. Isto é, se as raparigas que participam nos jogos pornográficos como que perdem completamente a sua condição humana e a sua condição de parceiras, para se transformarem em não sujeitos totais, os rapazes podem libertar a libido. A pornografia fornece, assim, não apenas um novo conhecimento, mas um conhecimento para o exercício do poder masculino (Abramovay e Rua, 2002), ou seja, mesmo quando não é aplicada é sinónimo de “poder fazer”, como são exemplo estas falas de jovens nas províncias de Maputo e Cabo Delgado:

- “Nós aprendemos a gozar das propriedades da mulher” (Zair 1).
- “Nós aprendemos as posições e comentamos, eh, viste a gaja a gemer?” (Jorge 3).

Para sermos breves, o que se constata, quando se analisa a informação sobre sexualidade e as apropriações feitas pelas e pelos jovens é o conflito entre a norma social, que ao controlar o

conhecimento pretende orientar comportamentos, e a utilização entre os interstícios da norma (ou fora dela) de recursos que são contraditórios e a põem em causa.

A aprendizagem transmitida na família, na escola e nos *media*, visando configurar verdades sobre o corpo de acordo com o modelo cultural, é confrontada através dos mecanismos que recorre, a uma apropriação não esperada pelas e pelos jovens, seja porque os processos de individuação permitem romper e/ou reconstruir a adesão aos valores transmitidos, seja porque as instâncias de socialização “oficiais” são elas próprias sujeitas à mudança. E desta situação ambivalente, mutante e plural, resulta uma grande heterogeneidade de representações, que podem ou não influenciar o exercício da sexualidade e a igualdade de direitos entre raparigas e rapazes. O que fica evidente é que, por um lado, se mantém a dominação de uma concepção do corpo sexual configurada em torno do poder masculino, por outro lado, surgem, principalmente por parte das jovens raparigas, posições que alternam a adesão à subalternidade com a inversão dessa mesma subalternidade.

Notas:

¹ Este artigo é resultado de uma pesquisa sobre identidades sociais/sexuais das/dos jovens cujo relatório será brevemente publicado com o título “Buscando sentidos. Género e sexualidade entre jovens estudantes do ensino secundário, Maputo”.

² A primeira e a terceira tendência estão, por vezes, tão imbricadas nos discursos, principalmente dos rapazes, que é difícil estabelecer distinções.

³ Há, por vezes, um entendimento de que o SIDA seria uma estratégia utilizada no contexto da feitiçaria e a utilização do preservativo uma forma de impedir os seus efeitos.

⁴ *Nhama* significa carne em Tsonga, uma das línguas faladas na cidade e província de Maputo.

⁵ Anciã falante de Shimakonde entrevistada por Hilário Diuty, a quem agradecemos a cortesia.

⁶ Encyclopædia Britannica, 1999, citado por Guerra, Andrade e Dias (2004: 270).

⁷ Para Giddens, “a pornografia torna-se facilmente viciosa devido ao seu carácter substitutivo” (Giddens, 1993: 135).

⁸ Não foi possível aprofundar esta questão, mas muitos informadores, entre professores e jovens consideram as novelas brasileiras como pornográficas, pelas imagens e pelo discurso erótico que transmitem. A ausência de diferenciação entre pornografia e erotismo revela bem como o controlo sobre o sexo e a sexualidade constituem as linhas mestras da dominação masculina.

Referências:

Abramovay, M.; Rua M. (2002). *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas*. Brasília: Unesco, BID.

Barbosa, C.; Nogueira, C. (2005). “Violência escolar e a construção social de masculinidades”. In: *Actas do V Congresso Português de Sociologia*, Lisboa.

Bonate, L. (2006). “Matriliny, Islam and gender in Northern Mozambique”. In: *JRA* n° 36, vol. 2. pp.139-166.

Casimiro, I. et al. (2002). Estudo de Base. Khuluvuka - Corredor de Esperança. Maputo: CEA/FDC.

Giddens, A. (1993). *A Transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora UNESP.

Giddens, A. (2002) *Identidade e Modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar Editora.

Guerra, V. M.; Andrade, F. C.; Dias, M. R. (2004). “Atitudes de estudantes universitários frente ao consumo de materiais pornográficos”. In: *Estudos de Psicologia*, n° 9, vol. 2. pp. 269-277

Kaufmann, J. C. (2005). *Corps de femme. Regards d'hommes*. Paris: Nathan.

Pappámikail, L. (2007) “O lugar da autonomia: reflexões em torno das identidades juvenis e da família”. In: M. Vieira (org.), *Escola, Jovens e Media*. Lisboa: ICS.

Silva, T. et al. (2007). *Representações e práticas da sexualidade dos jovens e feminização do SIDA em Moçambique: estudos de caso no centro e sul do país*. Maputo: WLSA Moçambique.